

Bruna Genú Almeida
Graduada em
Psicologia pela
Universidade Es-
tadual do Ceará
(UECE).

Contato
<brunagenu@hotmail.com>

Cayo Robson Bezerra Gonçalves
Mestrando em An-
tropologia Social
pela Universida-
de Federal do Rio
Grande do Norte
(UFRN).

Contato
<cayo.robson@hotmail.com>

Palavras-chave:
Movimento Índi-
gena; Pitaguary;
Conflitos sociais;
FUNAI.

Keywords: *Indige-
nous Movement;
Pitaguary; Social
conflicts; FUNAI.*

1 Existem quator-
ze povos indígenas
no Ceará: Anacé,
Tremembé, Jenipa-
po-Kanindé, Poti-
guara, Pitaguary,
Tapeba, Tabajara,
Kanindé, Kalabaça,
Kariri, Tupinambá,
Jucá, Gavião e Tu-
biba-Tapuia.

2 Estou pensan-
do o Movimento
Índigena cearense
como uma articu-
lação entre povos
e lideranças que
se estabelecem
enquanto mobiliza-
ção étnico-política.
Ressalto a espe-
cificidade de pen-
sar o Movimento
cearense, visto
que tem nuances
próprias que não
podem, a priori,
ser generalizadas
para outros movi-
mentos indígenas
estaduais, regio-
nais ou nacionais.
No caso do Mov-
imento Índigena no
Nordeste, utilizo as
definições de Kelly
Oliveira (2013).

CONFLITOS FACCIÓNAIS INDÍGENAS NA OCUPAÇÃO DA CR NORDESTE II DA FUNAI (CE)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de abordar as disputas faccionais evidenciadas pelo Movimento Índigena cearense durante o processo de ocupação da Coordenação Regional Nordeste II da FUNAI, localizada em Fortaleza (CE). Para tanto, abordaremos as “redes sociais” (Barnes, 1987) construídas pelas lideranças indígenas no Ceará – especificamente, as do povo Pitaguary – no processo de legitimação de suas posições nessas diferentes arenas (Swartz, 1968b) de disputa. Nesse sentido, acompanhamos através de pesquisa etnográfica, os processos sociais Pitaguary e os quase dois meses de ocupação. Propomos uma análise do Movimento Índigena cearense como um espaço repleto de heterogeneidades e divergências políticas.

Abstract: *This work aims to address the factional disputes evidenced by the Indigenous Movement of Ceará during the process of occupying the Northeast Regional Coordination II of FUNAI, located in Fortaleza (CE). In order to do so, we will approach the “social networks” (Barnes, 1987) constructed by indigenous leaders in Ceará – specifically those of the Pitaguary people – in the process of legitimizing their positions in these different arenas (Swartz, 1968b). Through ethnographic research the social processes Pitaguary and the almost two months of occupation. We propose an analysis of the Indigenous Movement of Ceará as a space full of heterogeneities and political differences.*

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO A MOBILIZAÇÃO ÉTNICO-POLÍTICA NO CEARÁ E OS ÍNDIOS PITAGUARY

Os índios Pitaguary constituem um dos povos indígenas do Estado do Ceará¹. O quadro atual mostra uma rede historicamente constituída de articulações étnicas e políticas, entre esses grupos que se organizam enquanto coletividades em prol de seus direitos. Dessa forma, o Movimento Índigena cearense² aparece como um importante espaço de articulação étnica, organização política, negociação de demandas, além de projetar e capacitar lideranças indígenas. O reconhecimento e a legitimidade das lideranças dentro de suas aldeias e entre seus “parentes”³ será produzida a partir de seus envolvimento políticos em diferentes arenas de disputa, entre eles: educação, saúde, retomadas, além da participação no próprio Movimento. Portanto, o Movimento Índigena é tanto um espaço de modelação (construção social) de lideranças, como um espaço de disputas.

Apesar de percebermos um objetivo relativamente comum no Movimento Índigena, isto é, a discussão em torno da garantia da terra, esta está longe de ser homogêneo – como já foi verificado por Pinheiro (2011). Dessa forma, abordaremos as tramas sociais locais Pitaguary, mostrando como essas lideranças acionam apoios, influências, poderes e prestígios distintos, inclusive com agentes institucionais variados. Da mesma forma, as discordâncias sobre o Movimento descortinam disputas faccionais internas aos povos, capitalizadas por lideranças dissidentes a algumas pautas e atores sociais do Movimento. Para tanto, traremos o material etnográfico decorrente da ocupação da CR (Coordenação Regional) Nordeste II da FUNAI localizada em Fortaleza.

A organização social dos índios Pitaguary é composta por quatro aldeias (como eles mesmos denominam): Santo Antônio do Pitaguary, Horto, Olho D’Água (no município de Maracanaú) e Munguba (no município de Pacatuba), todas localizadas dentro da Terra Índigena Pitaguary – esta, tem 1.735,60 hec-

tares identificados pela FUNAI em 1997. Os municípios de Maracanaú e de Pacatuba são vizinhos e distam cerca de 25 km de Fortaleza. Ambas as cidades fazem parte da região metropolitana da capital cearense e são marcadas por uma crescente urbanização e presença de áreas industriais.

Podemos observar mobilizações de cunho étnico no Estado do Ceará a partir de meados da década de 1980, primeiramente a partir dos Tapeba (FILHO, 1992) e, logo em seguida, dos Tremembé (VALLE, 1993). No início da década de 1990 é que os Pitaguary começam a efetivamente se organizar, seguidos pelos Jenipapo-Kanindé. Partindo de processos históricos específicos, esses quatro povos são reconhecidos como os que começaram a “luta, o movimento”. É imprescindível destacarmos que a história dos índios no Ceará, as diversas etnogêneses que surgem a partir da década de 1880 e, conseqüentemente, a elaboração de um Movimento Índigena no estado estão fundamentalmente ligadas à atuação direta e intensiva da Igreja Católica, mais especificamente na figura da Arquidiocese de Fortaleza (PALITOT, 2010; OLIVEIRA, 2013; PINHEIRO, 2012; LIMA, 2010; BARREIRA, 1992). Grosso modo, o campo da mobilização étnica no estado teve seu germe nesse momento. Foi neste cenário que se deram suas alianças históricas e políticas, e que estabeleceram – pelo menos nessas primeiras décadas – um tipo principal de agente mediador: os religiosos (PINHEIRO, 2011).

Entre os Pitaguary não foi diferente, pois eles “levantaram aldeia” a partir da atuação direta de um seminarista morador de Maracanaú: o Carlos Alencar. Ele encontrou no cartório de Maranguape uma carta de sesmaria datada de 1722, a qual fazia referência a terras doadas a índios na região, onde hoje estão localizados estes municípios. Tal documento administrativo foi central no processo de organização étnica e identificação Pitaguary.

Portanto, temos que considerar a trajetória de mobilizações étnico-políticas no Ceará (onde as lideranças Pitaguary se inserem) a partir da ausência de mediação feita por agências estatais com as

populações indígenas (a exemplo da FUNAI). Isso significa que a pouca, quase inexistente, atuação do órgão indigenista oficial do Estado foi compensada pela presença de entidades civis, primeiro na figura da Igreja Católica Romana e, posteriormente, na de ONG's. No período da ocupação da CR NE II da FUNAI, ficou em evidência as formas de mediação e apoio aos índios do Ceará, que vão além do órgão indigenista oficial. Tanto a igreja (na presença do Centro de Defesa e proteção de Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza) quanto ONG's (como a ADELCO e o ESPLAR), foram um importantes "parceiros", como os indígenas se referem, no então processo de luta.

Dessa maneira, temos que destacar que segundo Vianna (2013), o "dentro" e o "fora" do Estado não se referem a localizações ou estatutos precisos, mas a possibilidades de nomeação, qualificação, aliança e oposição entre atores diversos. Nesse sentido, o processo de territorialização (FILHO, 2004) dos índios Pitaguary é marcado por diversos agentes mediadores – os fazendeiros, as ONG's, a Arquidiocese de Fortaleza/Igreja Católica, a FUNAI, as Universidades/pesquisadores e etc – que, contrariando abordagens essencialistas, fizeram parte da constituição de identidades etnicamente diferenciadas e da etnicidade do grupo.

Na literatura etnológica brasileira, a mediação foi abordada a partir do contato assimétrico entre a sociedade nacional e as populações indígenas (VALLE, 2015). Com a Constituição 1988 – a qual estabeleceu marcos legais e institucionais, garantindo os direitos de populações culturalmente diferenciadas, que expressaram mudanças históricas centrais nas relações entre essas populações e o Estado – nos parece que houve uma pulverização/estimulação de modos de mediação, com a introdução de diversos outros atores sociais com interesses específicos em um campo de disputas por direitos diferenciados, cidadania etc. Nesse processo, as lideranças indígenas, no caso do Ceará, que passam a afirmar-se por volta deste período constroem-se a partir de uma lógica de diálogo muito mais direto com o Estado (OLIVEIRA, 2013).

A OCUPAÇÃO DA CR NORDESTE II DA FUNAI: POLÍTICA (ANTI)INDIGENISTA E AS HETEROGENIDADES DO MOVIMENTO

Como os direitos indígenas veem passando por um processo recente de fragilização política, estes têm buscado se posicionar de modos particulares para confrontar sua vulnerabilização. Nesse sentido, abordamos etnograficamente neste tópico as ocupações da Coordenação Regional Nordeste 2 (CR NE II) da FUNAI, que ocorreram no ano de 2017 em Fortaleza. A FUNAI é o órgão responsável pela assistência aos povos indígenas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. A partir de pesquisa de campo etnográfica que realizamos, pretendemos discutir a dinâmica de manutenção e reorientação das redes sociais (Barnes, 1987)⁴ específicas construídas pelas lideranças indígenas Pitaguary, em um processo contínuo de legitimação e de buscas por direitos.

Partimos, a princípio, da arbitrariedade com que o governo nacional vem agindo – principalmente, no que tange a política indigenista por meio da FUNAI.

Este é o pano de fundo que vem mobilizando índios de todo o Estado – diga-se, o Movimento Indígena. O problema está girando em torno, grosso modo, das reiteradas indicações políticas partidárias aos cargos da Fundação, após a posse de Michel Temer. Em âmbito nacional, a FUNAI sempre atuou em contextos predominantemente conflituosos, em que a questão fundiária configura-se como pauta primordial para os povos indígenas. A luta pela terra é uma pauta histórica e uma necessidade para a sobrevivência física e cultural das comunidades. Entretanto, sabemos que por ser um bem altamente rentável em níveis produtivos ou especulativos, existem diversos outros setores nacionais que têm interesses diretos em sua posse. Os índios seriam, nesse sentido, entraves à economia e ao "progresso" nacional. Esse pensamento faz parte da ideologia dominante há séculos. Neste contexto, não é raro aparecerem supostos donos da terra ou posseiros que, por vias legais ou ilegais, tentam se apropriar de áreas que estão sob posse dos índios. Apesar dos problemas e morosidade, a FUNAI continua sendo o órgão de maior garantia, para os índios no campo, da regularização de suas terras e na garantia dos direitos desses povos.

O que vem se processando nos últimos meses é que diversos cargos centrais na FUNAI estão sendo ocupados por pessoas que têm clara relação (ou estão envolvidos diretamente) com setores que têm interesses escusos em Terras Indígenas. A primeira ocupação se deu entre os dias 16 e 19 de fevereiro de 2017. O motivo do ato foi atribuído à indicação da senhora Maria Tanúsia Vieira para exercer o cargo de coordenadora executiva da respectiva CR. A arbitrariedade de tal nomeação vai de encontro aos interesses do Movimento Indígena, além de representar uma nomeação política que pode representar um significativo ataque à luta pela terra. Tanúsia nunca foi favorável às causas indígenas e, muito menos, dialogou com o movimento – o que não a torna uma "aliada", pelo contrário. Esta foi indicada ao cargo pelo deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE), o qual teria relações políticas e pessoais com proprietários de terras na região de Caucaia – especificamente no território Tapeba. No fim do terceiro dia da primeira ocupação, sob compromisso assumido pelo então diretor da FUNAI Antonio Toninho da Costa, os povos voltaram às suas comunidades. Entretanto, o compromisso não foi cumprido, o que ensejou o segundo processo de ocupação.

A segunda ocupação da sede da CR NE II pelo Movimento Indígena cearense durou cinquenta e um dias ininterruptos – iniciada no dia vinte de março e finalizada no dia nove de maio de 2017. Apesar de ter sido iniciada com a pauta central da exoneração da Tanúsia Vieira, o Movimento logo foi somando outras demandas de negociação e reivindicação. No dia 23 de março, veio um segundo golpe. O decreto 9.010 extinguiu 347 cargos da FUNAI e determinou o fechamento de 51 Coordenações Técnicas Locais em todo Brasil. Esta medida afetou diretamente a CR NE II, pois um dos funcionários demitidos foi Ceíça Pitaguary, além de que este decreto fechou a CTL de Caucaia (na região metropolitana de Fortaleza). O governo ilegítimo de Michel Temer aparece, então, como um potencial e iminente risco para os direitos indígenas, penosamente conquistados. A gestão Temer já se pronunciou no sentido de alterar o processo de demarcação de terras indígenas e

3 Termo utilizado pelos indígenas para se referirem a outros índios – independente de ser do mesmo estado, região etc. Não significa um parentesco sanguíneo.

4 Para o autor, a ideia de rede é pensada como um campo de relações entre indivíduos que vão se articular a partir de interações.

reestruturar a fundação – processos que estão em curso, como vimos.

Podemos nos deter, agora, nos meandros do Movimento Indígena cearense para, então, adentrarmos nas tramas específicas dos índios Pitaguary envolvidos nesse processo. Desde o primeiro dia de ocupação foram frequentes falas de lideranças de todo o Estado de que “aquele era o verdadeiro movimento indígena”. De fato, a ocupação conta com representantes das quatorze etnias do Estado, com apoio das organizações indígenas locais e nacionais, além de serem rostos familiares da luta histórica dos índios do Ceará: ou seja, *a priori*, aquele realmente é o Movimento Indígena. Porém, para podermos melhor compreender a escala mais micros social do Movimento devemos nos perguntar, de fato: essas lideranças são o Movimento ou estão em movimento? Essa pergunta nos leva a refletir sobre as estratégias e redes construídas pelas diferentes lideranças – tanto as que faziam parte do Movimento durante a ocupação da FUNAI, quanto as que eram contra. Esses diferentes agenciamentos (ORTNER, 1995; MAHMOOD, 2006) revelam a miscelânea de interesses desses atores, os quais, nós estaríamos dessubjetivando se não atentássemos para suas motivações.

Durante a ocupação, quase que diariamente ocorriam rodas de conversa entre as lideranças indígenas sobre a conjuntura política nacional, medidas anti-indígenas, sobre os direitos violados e a situação das terras indígenas no Ceará – além de trazerem as novidades ou respostas que a ocupação estava obtendo. Nesse sentido, eles realizaram até mesmo uma Assembleia Indígena dos Povos Indígenas do Ceará dentro da FUNAI. Apesar de as etnias da região metropolitana de Fortaleza manterem uma presença mais assídua no local (Jenipapo-Kanindé, Pitaguary, Tapeba e Anacé), os outros grupos do sertão do estado também se faziam presentes em momentos específicos – como em reuniões importantes (que eram anteriormente divulgadas) ou em datas avulsas (quando os “parentes” pediam suas presenças).

Além de aquela ser uma ação notadamente política, não podemos deixar de frisar todas as outras dimensões contidas naquele contexto. Dessa forma, a ocupação era um espaço de sociabilidades e de espiritualidade, para citar apenas algumas. Visto que existem quatorze grupos étnicos no Ceará, sendo a maioria localizada em municípios muito distantes um do outro, os encontros entre as comunidades (e seus amigos, namorados, parentes sanguíneos ou não e etc.) ficam restritas em função de encontros, eventos ou oficinas que consigam congregar os grupos em um único local durante um determinado período. Portanto, aquele período da ocupação foi um momento onde também se fortaleceram os laços de reciprocidade dentro do Movimento – algo que é fundamental para a ação política. Apesar das disputas internas, deve haver dentro do Movimento o mínimo de sintonia e concordância entre seus participantes. Da mesma forma, a espiritualidade foi um elemento importantíssimo nesse processo – sendo expressa primordialmente nas diversas danças de toré⁵ que foram realizadas.

À medida que as semanas de ocupação avançavam, foi ficando cada vez mais nítida certa tensão

entre quem estava participando (ou a favor) da ação e quem não estava. O Movimento Indígena é a figura que articula as diversas demandas indígenas (tanto gerais quanto específicas das aldeias) e a luta pela garantia dos direitos a essas populações. Entretanto, existem lideranças que não participam diretamente da luta, mas que, de certa forma, colhe os frutos desta. Esse é um dos motivos de rixas dentro do Movimento — e que se tornou latente durante a ocupação. Existia um nível de cobrança a fim de que outras lideranças fossem para lá, que participassem do processo, que “dessem corpo a ocupação”. Entretanto, este não era o motivo principal dos conflitos que apareceram durante esses meses em que acompanhamos o ocorrido. Por outro lado, temos a mobilização de grupos expressamente contrários ao Movimento e a suas pautas (especificamente, um grupo Pitaguary e outro Tapeba). Esses dois grupos eram minorias comparados ao contingente de lideranças do Movimento Indígena, bem como dentro de suas aldeias. Porém, visando aumentar seu poder e legitimidade eles procuraram formas de articulação que os permitissem ter força em contraposição ao Movimento. Assim, os dois grupos se uniram e logo fizeram aliança com Maria Tanúsia Vieira.

Especificamente o grupo Pitaguary, opositorista ao Movimento, articulava um discurso encabeçado por desvios de verbas e favores entre o órgão indigenista oficial e alguns indígenas da etnia. Essas acusações ganharam reverberação dentro da comunidade tendo em vista a existência da “renda indígena”, a qual já ressaltamos anteriormente. Perguntas como: onde está esse dinheiro? Se ele é nosso, por que não podemos mexer? É a FUNAI quem controla o montante? Deram substrato as promessas do cacique Manoel. Outrossim, o fato de uma das lideranças “tradicionais” (legitimadas pelo Movimento Indígena) Pitaguary, Ceiza, ser funcionária da CR NE II também gerou especulações sobre como o órgão indigenista estava do lado de indígenas específicos e não do povo todo. A FUNAI passou a ser identificada, tanto pelos grupos opositores Pitaguary como pelos Tapeba, como um órgão de apoio ao Movimento do Ceará, especificamente. Assim, eles passaram a reivindicar e defender a mudança do quadro de funcionários, entendendo que assim teriam visibilidade em seus anseios.

O ponto crítico da ocupação se deu quando os grupos em oposição se enfrentaram fisicamente. O Movimento Indígena marcou uma reunião na sede da FUNAI no dia 09/05 (terça-feira), contando com representações de todos os povos indígenas do Estado, de modo a avaliar o período de ocupação e decidir os rumos daquela ação. A ocupação já se prolongava por cinquenta dias e os problemas só aumentavam – a água, telefone e o aluguel estavam todos sendo paulatinamente cortados. O fato é que no dia anterior ao que iria acontecer o encontro, os grupos Pitaguary e Tapeba, que eram contrários, se reuniram com Tanúsia e decidiram ir em direção à sede do órgão. Segundo eles, o objetivo seria de “ocupar a FUNAI também, já que todos eram índios” e “acabar com a farra que os outros indígenas estavam fazendo no/do órgão”.

Durante a tarde do dia anterior ao evento, o grupo “opositor” Tapeba chegou e adentrou a CE NE II, participando de uma reunião que ocorreu horas depois com as lideranças do Movimento Indígena.

5 “O fenômeno do toré refere-se a uma ação ritual que constitui marca de indianidade de grande parte dos índios do Nordeste, que relaciona – conforme as particulares performances étnicas – uma dança executada ou de forma circular (geralmente no sentido anti-horário) ou em fila ou em parilha, levando a efeito variados cantos, e, muitas vezes sendo empregada a ingestão de bebidas como a jurema e, mais recentemente, o mocororó. A presença de instrumentos varia no uso de maracás, apitos e gaitas, zabumbas, bombos, e tamborres diversos.” (MAGALHÃES, 2007).

Não houve nenhuma tentativa de impedir a entrada e a permanência deles na sede. Eles passaram toda a tarde afastados do grupo do Movimento, não mantendo interações entre si. Os indígenas que já estavam no local, não entenderam o que eles foram fazer lá, até porque o grupo entrou e não deu explicações. Levantavam a hipótese de que tivessem vindo apoiar a ocupação, que eles tivessem se arrependido. Outros, por sua vez menos esperançosos, acreditavam que o grupo Tapeba poderia tentar forjar um acordo e a entrada da Tanúsia e, assim, reiniciar os trabalhos da FUNAI. Improvisaram, então, uma reunião, onde o clima de tensão já ficou bastante marcado entre os grupos – que discutiram e acusaram-se mutuamente.

O fato de que muitos indígenas (“do Movimento”) que chegaram, também eram Tapebas, fez com que as discussões que se desenrolaram durante a reunião girassem em torno de problemas internos e familiares, acusações pessoais, onde claramente transpareciam sentimentos de inveja, mágoa, traição, desamparo, falsidade etc. Apesar de os grupos quase entrarem em confronto físico, os ânimos se acalmaram e cada grupo voltou a ocupar um espaço específico dentro da sede.

Na noite do mesmo dia, um grupo de cerca de trinta Pitaguays chegou por volta das 21 horas, porém, foram impedidos de entrar. Durante a ocupação, o portão da FUNAI passava a maior parte do dia trancado. Quem quisesse entrar tinha que chamar ou dar batidas sutis no portão. Em outros momentos, durante o dia, este ficava entreaberto. As lideranças se preocupavam bastante com quem entrava na sede, por isso sempre aconselhavam que pedissem para a pessoa se identificar e dizer o que queria (caso fosse alguém desconhecido).

Assim, o grupo do cacique Manoel Pitaguay, que chegou tarde da noite, não gostou de ter sido impedido de entrar. Eles alegaram que boa parte de quem veio com eles eram mulheres, crianças e idosos – o que de fato, era verdade. Apesar disso, os indígenas que estavam dentro da sede não os deixaram entrar. Após forçar a entrada, empurrando o portão, ele quebrou e teve que ser segurado por quem estava dentro da sede. Assim, de modo a impedir que adentrassem, as lideranças do Movimento tiveram que fazer uma barreira humana para segurar o portão, além de apoiá-lo com quaisquer objetos que encontrassem (como pedaços de madeira). A partir desse momento, prevendo um possível enfrentamento, as lideranças que estavam dentro da sede começaram a ligar para outros parentes e a acionar os “parceiros” (mediadores não indígenas). Assim, logo formou-se uma rede de articulação entre esses mediadores visando interceder na situação. Portanto, acionaram pessoas como o advogado do CDPDH (Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza), o antropólogo do MPF, DPU, polícia militar e federal, secretaria de justiça do governo do Estado, entre outros. Por volta das 23 horas, o delegado de plantão da Polícia Federal chegou ao local – o qual já contava com a presença de algumas viaturas da polícia militar. Dessa forma, o cacique Manoel Pitaguay (que compunha o grupo de oposição), o advogado indígena e cacique Jorge Tabajara (que compunha o grupo da ocupação), e o delegado se reuniram para negociar. Desde o princípio, o delegado defendeu que o grupo que

havia chegado entrasse no órgão, já que “todos não eram índios?”. O despreparo dos agentes do Estado para lidar com a situação era visível, não levando em conta a sensibilidade das disputas internas ao Movimento e às etnias. Após a meia noite da terça-feira, o delegado se retirou do local sem conseguir nenhum acordo entre os grupos, porém viaturas da polícia permaneceram no local, o que evitou que os grupos entrassem em confronto naquele momento.

Dessa forma, durante toda a madrugada o clima era de tensão e de conflito iminente, já que nenhum dos dois lados saiu de perto do portão e o grupo opositor continuava forçando entrada. Após uma madrugada de muita tensão, pela manhã o conflito aconteceu. Lembremos que na terça-feira pela tarde iria acontecer uma Assembleia Indígena na FUNAI. Dessa forma, muitos povos saíram das suas aldeias em direção ao órgão. Todos eles também não conseguiram entrar, seja pelas ameaças do grupo que estava do lado de fora, seja pelo fato de que se eles tentassem entrar no local os outros também poderiam forçar suas entradas. Ou seja, foi-se acumulando mais e mais índios do Movimento Indígena nas ruas paralelas à sede do órgão – visto que eles não ficavam na própria rua com medo de represálias dos opositoristas. Quando amanheceu, todos eles se reuniram em uma praça próxima ao local e lá ficaram esperando um grupo de Tapebas que estava chegando em dois ônibus. Quando todos já se encontravam reunidos, foram em direção à FUNAI. Ao entrarem na rua, quem estava do lado de fora foi em direção a eles e, naquele momento, já começaram os xingamentos e as discussões. Logo, esses dois grupos começaram a brigar. Vendo a situação, as lideranças que estavam dentro da sede saíram para ajudar quem estava chegando. Dessa forma, os grupos opositoristas Pitaguay e Tapeba ficaram cercados e acabaram saindo muito machucados. Diversos indígenas ficaram feridos com fraturas e escoriações médias – visto que muitos estavam armados com paus e pedras. No decorrer do confronto, um dos caciques Pitaguay (Manoel), que liderava o grupo opositor, sofreu uma tentativa de linchamento. Mesmo após o ocorrido, as lideranças do Movimento Indígena cearense optaram por manter a Assembleia, a qual deliberou pelo fim da ocupação. Após cerca de cinco meses do fim da ocupação, a CR NE II continua sem ter um coordenador e só no fim do mês de agosto saiu a portaria de exoneração da Maria Tanúsia Vieira.

Desde o início da ocupação da FUNAI, Manoel e seu grupo se manifestaram contra. O decreto 9.010, que citamos anteriormente, extinguiu o cargo de uma liderança Pitaguay que trabalhava no órgão, Ceiza Pitaguay. Tal fato foi motivo de comemoração para o referido cacique. Cabe a nós, perguntarmos: porque uma liderança gostaria da saída de uma outra liderança de seu grupo do órgão indigenista oficial? Não nos cabe, agora, adentrarmos ainda mais esses meandros etnográficos locais. Porém, adiantamos que as redes sociais específicas, construídas por cada liderança, conformam arenas e campos dentro da própria comunidade, marcada por uma heterogeneidade de objetivos.

Na introdução de *Political Anthropology*, os autores definem “suporte” como “[...] tudo o que contribui para a formulação e/ou implementação de fins políticos” [tradução nossa] (SWARTZ; TURNER; TU-

DEN, 1966, p. 10). Sendo assim, Swartz (1968) afirma que o suporte é um aspecto de todos os processos políticos (seja disjuntivos, como o faccionalismo, seja conjuntivos) e, também, para a manutenção e exercício da liderança. A "legitimidade", também conforme Turner, Swartz e Tuden (1966), é um tipo de suporte que não deriva da força ou da ameaça, e sim de valores e compromissos mantidos por indivíduos. É um tipo de suporte atribuído a um objeto através de trocas simbólicas entre quem fornece e quem recebe esse apoio (SWARTZ, 1968). Essa conexão entre quem está sendo legitimado e quem legitima pode ser estabelecida de diferentes formas (cabe ao líder descobri-las e manejá-las), mas em todos os casos envolve um conjunto de expectativas recíprocas e subjetivas entre as duas partes.

Além do aspecto interacional entre um líder e seus seguidores, Bailey (2001) destaca que existe também um elemento transacional. Isso significa que líderes e seguidores trocam bens nessa relação, os quais podem ser dos mais diversos. Para Boissevain (1987), esse enfoque recai sobre as ações e transações de e entre indivíduos, gerando um modelo onde se pode construir formas sociais de acordo com regras de estratégia ou levando em conta as dimensões valorativas. Para o autor, os indivíduos estruturam relações sociais e organizam coalizões de modo a melhor desenvolver suas metas, resolver seus problemas e, principalmente, estabelecer alianças. Ambos os atores têm interesses específicos ao estabelecer esses laços. Um exemplo que é importante nos termos sobre o caráter transacional dessas relações, é quando o líder se torna um mediador, *broker*, entre a comunidade e o ambiente encapsulador.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E FACCIÓNALISMO PITAGUARY

No início de 2016, o primeiro e único cacique Pitaguary, pós-emergência-étnica (Daniel) faleceu. Após sua morte, iniciou-se uma disputa pelo cacicado envolvendo todas as aldeias. Assim, a conjuntura política interna dos Pitaguary se reconfigurou explicitamente na sua dimensão faccionalizada. O seu enteado Manoel assumiu o cacicado, alegando hereditariedade. Porém, ele não é reconhecido como liderança legítima por muitos índios. Primeiramente, alega-se que o Manoel não é Pitaguary – visto que, ele é filho do Daniel com uma índia de outra etnia. Entretanto, o Daniel também não era Pitaguary, e sim Potiguara. A diferença entre os dois, estabelecida pela comunidade, é de que Daniel estava no início do "levantar aldeia". Ele, juntamente com o Carlos Alencar, com o primeiro pajé (Zé Filismino), além de outros personagens, foi um dos atores centrais na emergência étnica. Enquanto que o Manoel, "nunca participou do movimento indígena nem viveu na comunidade" (segundo diversos relatos). Voltamos a questão do Movimento Indígena ser um marcador diacrítico da identidade étnica, um produtor de capital simbólico aos seus participantes – renegando o reconhecimento (não da identidade, mas da legitimidade) aos dissidentes. Reiteramos que o Movimento não necessariamente causa (ou causou, neste caso) os faccionalismos. Apenas tornou-os mais evidente. Tomamos isso como um ato intencional das lideranças que compõem este cerne legitimado. Ao fazerem isso, elas produzem um movimento duplo: afirmação de si e negação do outro.

Voltando às tramas locais dos Pitaguary, devemos brevemente explicar que o processo de sucessão da comunidade envolve a nomeação, em vida, feita pelo cacique e pelo pajé de seus respectivos sucessores. No caso da morte de um, o outro nomeia em seu lugar. O processo de sucessão envolve uma caminhada lenta de aprendizado, onde o suposto indicado deverá acompanhar os passos do líder em questão. É este movimento que o atual pajé Pitaguary, Barbosa, está fazendo com seu filho Alex – de antemão indicado para ocupar futuramente seu lugar na comunidade. Contudo, Daniel nunca considerou indicar tão cedo um sucessor, nem a população considerou sua morte prematura. Tal situação abriu uma indefinição sobre quem ocuparia seu lugar como cacique Pitaguary. No velório, Manoel já começa a se nomear enquanto cacique e a usar o cocar de seu pai. Tal situação gerou uma situação delicada, visto que o pajé Barbosa pretendia estabelecer um luto de alguns meses antes de eleger outro cacique.

Esses princípios de sucessão são particulares e localizados, ou seja, só podem ser acessados a partir das realidades etnográficas. Da mesma forma, poderíamos nos perguntar: em uma organização política de base étnica, o que liga um determinado número de pessoas (formando um grupo) a um ou mais líderes específicos? Para Bailey (2001), que não se detém necessariamente às identidades étnicas, essa ligação dos seguidores ao líder pode ter base na crença em um líder, bem como em uma ideologia etc. Dessa forma, ele estabelece que a liderança moral ou espiritual em grupos políticos é uma questão de manipular símbolos. É o controle e o bom manejo desses símbolos que constroem e estabelecem o capital político desses indivíduos. O líder em uma facção, segundo Bujra (1973), surge espontaneamente e torna-se o foco de todas as ações. A sucessão, na maioria desses casos, não é controlada por regras explícitas. Para a autora, uma perspectiva dinâmica do faccionalismo é necessária e deve-se entender esse processo de mudança inerente a esses grupos. Visto que essa forma de organização política é marcada por um intenso fluxo de pessoas, não possui uma continuidade fixa no tempo-espço etc., ela deve ser percebida enquanto uma organização que estará sempre em uma potencial transformação. Se não uma transformação, uma dissolução temporária (neste caso, estaria constantemente em uma eminente reorganização faccional)⁶.

Depois de cerca de quatro meses após a morte do Daniel, durante a Festa do Milho (que acontece anualmente nos Pitaguary, geralmente em julho), Barbosa indicou quatro outros caciques: Cláudia, Maurício, João Paulo e Madalena. Atualmente, a etnia conta com cinco caciques. Esses quatro caciques são aceitos pela maioria da comunidade como legítimos, da mesma forma que são reconhecidos pelo Movimento. A estratégia do pajé ao indicar quatro nomes ao cacicado revela estratégias de compor uma oposição mais sólida ao Manoel. Apesar das antigas discordâncias e conflitos que outrora já existiram entre essas lideranças, agora elas parecem estar "unidas" com esse objetivo: reintegrar o *povo*. Essas quatro lideranças nomeadas como caciques pelo pajé são atores históricos do Movimento Indígena no estado, enquanto, por seu turno, Manoel não é reconhecido como liderança legítima por esse conjunto de sujeitos que compõem a luta ao nível estadual.

6 William Chambers (apud BELLER, 1978) tem uma concepção bem parecida. No início dos anos 60, Chambers escreveu que a noção de facção poderia explicar como teria surgido os atuais partidos políticos. Dessa forma, ele conceituou as facções como "pré-partidos".

Existe, dessa forma, uma tentativa de Manoel de deslegitimar não apenas essas quatro lideranças que o contrapõem ao posto de cacique Pitaguary (através de inúmeras acusações), mas também articular críticas ao próprio movimento indígena no Ceará (como sendo uma “panelinha fechada” que traz lucros apenas aos “seus”). Para tanto, veremos como será preciso considerar diferentes níveis e/ou escalas de análise (REVEL, 1998), que poderão facilitar o entendimento de uma “arena social” (SWARTZ, 1968a; 1968b; 1969; TURNER, 1966; LEWELLEN, 2003) bastante heterogênea de atores, grupos e instituições. Todos esses aspectos descontinham conflitos dentro da própria mobilização étnica, que transpassam disputas por autenticidade, poder, acesso a bens materiais e naturais; e que geram tensões entre membros do grupo.

Nossa lógica é analisar como esses conflitos são situacionais. Portanto, frisamos que o faccionalismo local não teve início a partir da morte de Daniel. Houve, sim, uma mudança na lógica e na composição dos conflitos dentro de uma mesma estrutura faccionalizada. Já indicamos, anteriormente, como o campo histórico que possibilitou a formação de lideranças indígenas no Ceará têm influência direta na forma como hoje elas atuam como agentes mediadores a partir de uma relativa autonomia. Ou seja, para além do apoio de ONG’s, elas também buscaram se organizar a partir de associações estaduais ou locais (particulares da etnia).

Por volta do fim dos anos 90, quando os Pitaguary estavam, de certa forma, um pouco mais estabelecidos – tendo participado e organizado desde a primeira Assembleia Estadual Indígena em 1994 e estarem aguardando o GT da FUNAI para iniciar o processo demarcatório de suas terras etc – criaram o primeiro conselho, o Conselho Indígena do Povo Pitaguary (COIPY). Este teve como primeiro presidente o então cacique Daniel. Posteriormente, por conta das cisões entre as lideranças do conselho, das delimitações feitas pela FUNAI das quatro aldeias e dos conflitos em torno das indenizações, cada comunidade foi criando seu próprio conselho, cada qual capitaneado pelas lideranças em destaque de cada aldeia. Surgiram, assim, além do COIPY, o COIPOD (Conselho Indígena dos Pitaguary do Olho D’Água), CAINPY (Conselho de Articulação Indígena do Povo Pitaguary) e CAIPYM (Conselho de Articulação Indígena dos Pitaguary de Monguba). Em decorrência dos diversos conflitos internos, em torno de 2010 a comunidade como um todo decidiu suspender os conselhos locais e criar uma organização que representasse todo o povo – assim, surgiu a Organização Mãe-Terra (OMT) cujo mandato duraria quatro anos. Antes de completar o seu mandato, a organização também foi suspensa por conta dos conflitos e discordâncias entre as lideranças, as quais algumas voltaram aos seus conselhos locais.

Um acontecimento de importância no desenvolvimento dos conflitos internos do povo foram as indenizações de linhas de transmissão elétrica que cortaram a TI. O primeiro acordo foi feito com a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e, posteriormente, com a STN (Sistema de Transmissão Nordeste S.A). O acordo feito com a CHESF foi, financeiramente, bem menor e mais limitado do que o feito com a STN (a qual, anualmente, ainda destina dinheiro ao grupo). Por conta das bri-

gas internas, o dinheiro foi “congelado” há alguns anos em uma conta do grupo indígena pelo MPF, conhecida como “renda indígena”. Desde as indenizações da CHESF até os dias atuais, são inúmeras as acusações sobre o destino desses recursos. Este cenário tornou favorável o surgimento de Manoel, o qual prometia “tirar a máscara” das lideranças que estavam roubando o dinheiro dos índios e destinar esse montante à população.

As cisões internas que geraram as divisões entre os conselhos expressam desconfianças e disputas entre as lideranças – abordando uma possibilidade sempre presente: quando o “poder” e o dinheiro se tornam mais importantes que a luta pela terra, como muitos indígenas salientam. Captando esse campo de disputas, Manoel começa a agregar seguidores que, no processo de luta Pitaguary, ou estiveram à margem ou discordaram/brigaram com lideranças centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além do apoio ao decreto 9.010, mostramos que o grupo encabeçado por Manoel (além de um grupo de lideranças dissidentes Tapeba) se reuniu com a então indicada ao cargo de coordenadora executiva da CR Nordeste II, Maria Tanúsia Vieira. Tal atitude compõe um jogo de autenticidades que foi positivo para os dois lados – Manoel teve o reconhecimento de agentes ligados a FUNAI, enquanto Tanúsia argumentou que estava dialogando com o “verdadeiro Movimento Indígena”. Ao se aliar com os que não aderem às pautas, ela explorou a fragmentação de posições do Movimento e abriu espaço para argumentar sobre a possibilidade de um outro Movimento, com pautas e demandas diferentes. Isso permitiu escolher em qual campo jogar e legitimou-a. Dialogar com qualquer um dos dois lados significou negociar sua posição em uma arena política marcada por faccionalismos internos, como mostramos. Assim, ela resguardou para si a justificativa de que estava ao menos dialogando. Tanto os indígenas quanto a indicada ao cargo de coordenadora tinham interesses bastante específicos nessa aliança. Se por um lado os indígenas que a estavam apoiando viam nela uma oportunidade de congregar legitimidade e força frente ao Movimento, Tanúsia via o diálogo com esses grupos minoritários dentro das aldeias como uma forma de minar a ocupação e conseguir exercer o cargo. Dessa forma, procuramos esclarecer como, a partir das disputas faccionais internas, as lideranças Pitaguary estão procurando constituir redes sociais específicas, inclusive com diferentes agentes e agências institucionais.

Por fim, ressaltamos que não procuramos aqui colocar em questão o caráter da identidade étnica (ou de sua autenticidade), e sim problematizar a autenticidade da legitimidade. Esta passa, acima de tudo, pela participação e envolvimento (gerando, conseqüentemente, reconhecimento) no Movimento. Apesar de esta ser a máxima de seus participantes para poderem reconhecer outros, não podemos aceitá-la como verdade dada. A realidade Pitaguary nos mostra que os atores estão acionando diversos outros mecanismos para apoiar suas posições. Para tanto, voltamos à questão: muito mais frutífero seria se pensássemos essas lideranças em movimento.

Particularmente, não acreditamos que existam

vários Movimentos. O teor da nossa provocação anterior vai nesse sentido. Contudo, trabalhamos com a ideia de que a heterogeneidade dentro do movimento indígena está em uma esfera de dissidências de opinião política ou demandas entre seus participantes. É interessante perceber que quando o Movimento Indígena se estabelece como arena política essencial para a formação e o reconhecimento de lideranças em suas aldeias, ele se contrapõe a outras lideranças que não fazem parte de seus espaços. Isso ficava evidente quando, em conversas informais com lideranças presentes na ocupação, era frequentemente relatado como os grupos dissidentes “jogavam sujo”, “não entendiam o real motivo da ocupação”, “não entendiam a luta do movimento” etc. De outro modo, é importante destacar o fato de que só quem pôde ir para o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2017 no ônibus dos indígenas cearenses, foi quem esteve assiduamente no período da ocupação. Isso claramente desagradou muitos índios. Ou seja, no ato de produzir a sua autenticidade, ele descortina conflitos faccionais internos às aldeias.

Essa tentativa de afastamento de quaisquer indígenas que ousem perturbar a ordem das lideranças “legitimadas” do Movimento “legítimo” poderia ser enquadrada no que Edward Shils (1992) denominou de centro e periferia. Geertz (1997) interpretou esse “centro” de Shils enquanto locais onde se concentram atividades importantes, onde as ideias dominantes se fundem com as instituições dominantes, dando lugar a arenas onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros dessa sociedade. Contudo, este centro não é estático (não tendo relação com geometria e muito menos com geografia). Na verdade, ele está associado aos valores, crenças e à eficácia da manutenção e propagação dos símbolos da ordem por ele propagada (SHILS, 1992). Neste contexto, é o envolvimento com tais arenas, com os eventos ocasionais que nelas ocorrem e a busca por certo ordenamento social, que se conforma o líder carismático (SHILS, 1965; GEERTZ, 1997).

“No centro político de qualquer sociedade completamente organizada sempre existe uma elite governante e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que ela realmente governa. [...] elas justificam sua existência e administram suas ações em termos de um conjunto de estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram, ou, em situações mais revolucionárias, inventaram. São esses símbolos - coroaes e coroações, limusines e conferências - que dão ao centro e ao que nele acontece uma aura não só de importância mas algo assim como se, de alguma estranha maneira, ele estivesse relacionado com a própria forma em que o mundo foi construído”. (GEERTZ, 1997, p. 187).

As disputas entre o Movimento Indígena cearense e alguns grupos “oposicionistas”, bem como entre os grupos faccionais Pitaguary, expressam disputas por poder na busca de controlar esse “centro” – e, conseqüentemente, o poder de nomear, de mediar, de dialogar com o Estado, de gerir e organizar eventos, projetos etc. A citação de Geertz nos faz lembrar uma fala do cacique Tabajara Jorge em que

ele afirma que “a luta surgiu através da COPICE (Coordenação de Povos Indígenas no Ceará) e da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo)”. Esse seu discurso resume bem o que viemos tentando demonstrar: um lugar no qual se cria um centro legitimado (o Movimento) que, conseqüentemente, legitima suas organizações indígenas e as lideranças que circulam nessas arenas, tais como se estivessem relacionados a um estado natural das coisas – sendo “estranho”, “errado” ou “inautêntico” tudo que não estivesse nesse espaço.

A busca por direitos, crucial para a atuação das lideranças indígenas e para o Movimento Indígena como um todo, comunica esferas sociais que não necessariamente têm que serem vistas como reinos autônomos (ou seja, a sociedade, movimentos sociais, ONGs, o Estado etc) (LIMA, 2013). Assim, o mesmo autor salienta que reivindicar esses direitos, organizar-se para tal etc, pode ser analisado como uma (auto)validação ou (auto)afirmação dessas identidades que constituem os processos modernos de formação do próprio Estado. Lembremos que o Estado não está dado, mas é constantemente reformulado e construído.

Dessa forma, se estamos trabalhando com a política local, não podemos esquecer que ela está imersa (encapsulada) em uma política maior/macro, nacional. Não podemos negar o efeito dos códigos legais, dos partidos políticos, da ideologia e da economia nacional em um nível localizado da política. Portanto, a proposta de empreender uma “variação de escalas” (REVEL, 1998) nos parece sensata para trabalharmos com o referido recorte. Ou seja, fenômenos de ordem “macro” (como o Estado, ou a formação deste) podem ser lidos ou interpretados a partir de dimensões localizadas, em uma esfera “micro” (por meio das estratégias individuais, de redes sociais, da formação de identidades étnicas, da constituição de mobilizações políticas etc.), e vice-versa.

Com o caso em que trouxemos, pudemos perceber diversos movimentos de agência indígena que estão dialogando com um cenário político nacional mais amplo. Este seria o campo político, uma unidade de análise para delimitar qualquer área onde interações políticas acontecem; e em correspondência estão as arenas políticas: áreas onde atores individuais ou pequenos grupos (grupos informais ou “parapolíticos”, como facções, relações patrono-cliente, partidos etc.) competem por poder político (LEWELLEN, 2003). Um dos grandes motivos do sucesso do conceito de “estrutura” para o estruturalismo lévi-straussiano foi criar uma unidade de delimitação para a investigação, da mesma forma que criava bases para generalização e comparação (LÉVI-STRAUSS, 1996). A saída encontrada por processualistas, como Swartz (1969; 1968), para gerar esse tipo de quadro analítico foi usar, justamente, os conceitos de campo e arena. Ressaltamos que é nesta perspectiva de política, entendida em termos processualistas, que estamos trabalhando. Dessa forma, a comunidade não está fechada por uma bolha que impede o contato externo, as fronteiras são sociais com já dizia Fredrik Barth (2011). A mudança é um processo natural. Tuden (1968), ressalta que algumas comunidades muitas vezes respondem a essa inovação e pressão política externa através da

formação de cisões faccionais, ou com o surgimento de um determinado tipo de líder político: o homem que articula interesses, relações, contatos e tradições locais e nacionais, o mediador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILEY, Frederick G. (2001), *Stratagems and Spoils: a social anthropology of politics*. Oxford, Westview Press.
- BARNES, John A. (1987), "Redes sociais e processos políticos", in B.F. Bianco (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, São Paulo, Global.
- BARREIRA, César. (1992), *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro, Rio fundo Editora.
- BARRETO Filho, Henyo Trindade. (1992), *Tapebas, Tapebanos e Pernas-De-Pau: Etnogênese Como Processo Social e Luta Simbólica*. 421 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- BARTH, Fredrik. (2011), "Os grupos étnicos e suas fronteiras", in P. Poutigant & J.P. Streiff-Fenart (orgs.), *Teorias da etnicidade*, São Paulo, UNESP.
- BELLER, Denis & BELLONI, Frank. (1978), "The study of faction", in _____(ed.), *Faction Politics: Political Parties and Factionalism in Comparative Perspective*, Santa Barbara, ABC-Clio.
- BOISSEVAIN, Jeremy. (1987), "Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões", in B.F. Bianco (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*, São Paulo, Global.
- BUJRA, Janet. (1973), "The Dynamics of Political Action: A New Look at Factionalism". *American Anthropologist*, 75, 1: 132-52.
- GEERTZ, Clifford. (1997), "Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder", in _____. *O saber local*, Petrópolis, Vozes.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1996), "A noção de estrutura em etnologia", in _____. *Antropologia estrutural*, Tempo Brasileiro.
- LEWELLEN, Ted C. (2003), *Political anthropology: an introduction*. 3ª edição, Westport, Praeger.
- LIMA, Carmem L. S. (2010), *Etnicidade indígena no contexto urbano: uma etnografia sobre os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- MAGALHÃES, Eloi. (2007), *Aldeia! Aldeia!: a formação histórica do grupo indígena Pitaguary e o ritual do torê*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, datilo.
- MAHMOOD, Saba. (2006), "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". *Etnográfica*, 10, 1: 121-58.
- OLIVEIRA Filho, João P. de. (2004), "Uma etnologia dos índios misturados: situação colonial, territorialização e fluxos culturais", in _____ (org.), *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- OLIVEIRA, Kelly. (2013), *Diga ao povo que avance: Movimento indígena no Nordeste*. Recife, Massangana.
- ORTNER, Sherry B. (1995), "Resistance and the problem of ethnographic refusal". *Comparative Studies in Society and History*, 37, 1: 173-93.
- PALITOT, Estevão Martins. (2010), *Artífices da Alteridade: o movimento indígena na região de Crateús - CE*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, datilo.
- PINHEIRO, Joceny de Deus. (2011), "Agentes mediadores e movimento indígena: Discutindo as relações a partir do Ceará", *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 22, 1: 61-96.
- _____. (2012), "Religiosos engajados e processos de identificação indígena no Ceará", *Tellus*, volume 22: 107-132.
- REVEL, Jacques. (1998), "Microanálise e construção do social", in _____ (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, Getúlio Vargas.
- SWARTZ, Marc; TURNER, Victor; TUDEN, Arthur. (1966), "Introduction", in _____. *Political Anthropology*, Chicago, Aldine.
- _____. (1968), "Introduction", in _____ (ed.), *Local-level politics: social and cultural perspectives*, Chicago, Aldine.
- _____. (1968b), "Rules, resources and groups in political contests", in _____ (ed.), *Local-level politics: social and cultural perspectives*, Chicago, Aldine.
- _____. (1969), "Processual and Structural Approaches in Political Anthropology: A Commentary", *Canadian Journal of African Studies*, 3, 1: 53-59.
- SOUZA Lima, Antônio Carlos de. (2013), "Administrando o mal comum na chave dos 'direitos'", in A. Vianna (org.), *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*, Rio de Janeiro, E-papers.
- SHILS, E. (1992), *Centro e Periferia*. Lisboa, Difel.

_____. (1965), "Charisma, order and status", *American Sociological Review*, 30, 2: 199 - 213.

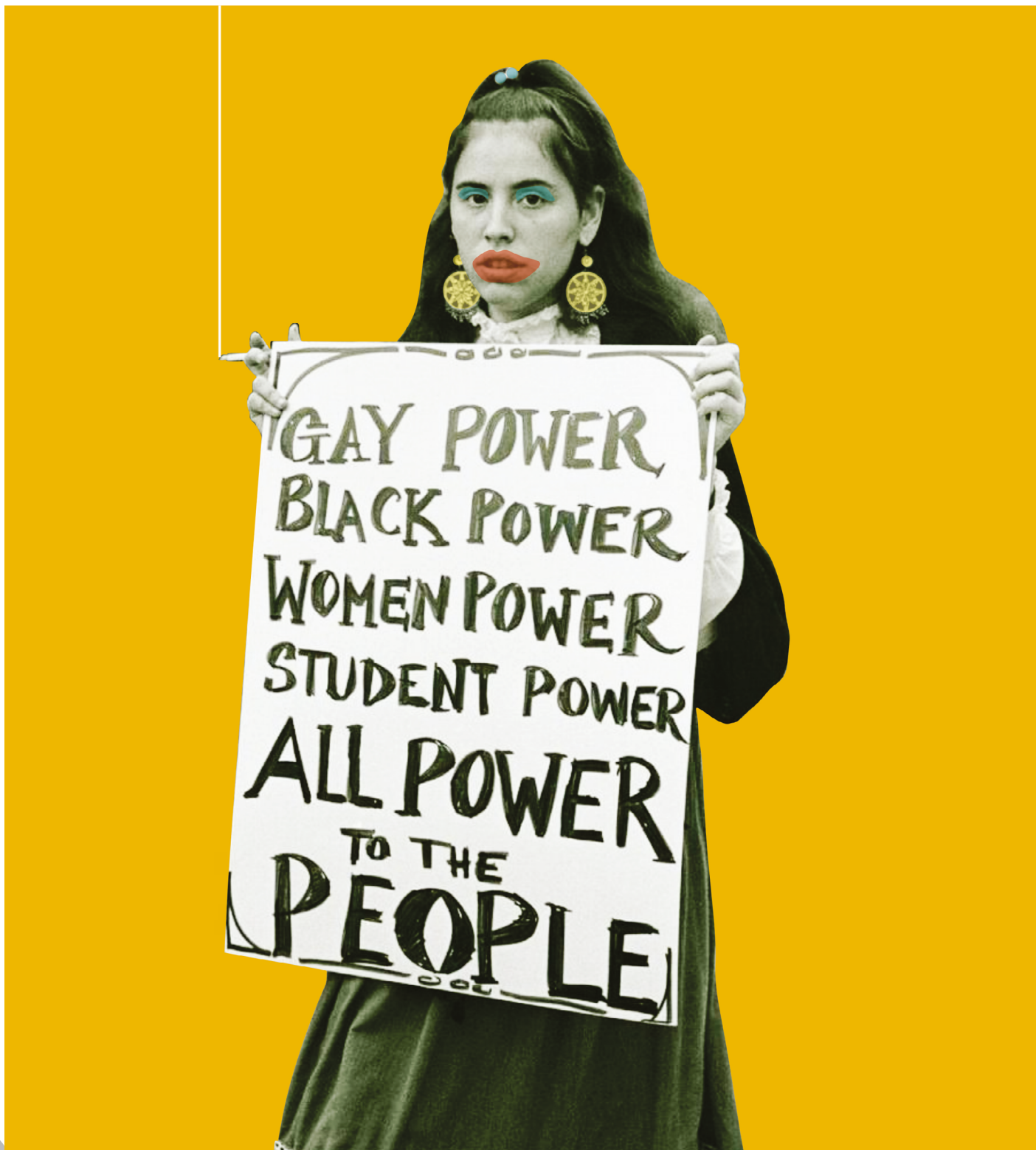
TUDEN, Arthur. (1968), "The political middleman", in M. Swartz (ed.), *Local-level politics: social and cultural perspectives*, Chicago, Aldine.

TURNER, Victor. (1966), "Segmentary factional political systems", in M. Swartz; A. Tuden; V. Turner (ed.), *Political Anthropology*, Chicago, Aldine.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. (1993). "*Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará*". Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. (2015), "Etnicidade e mediação como cultura e política", in _____ (org.), *Etnicidade e mediação*, São Paulo, Annablume.

VIANNA, Adriana. (2013), "Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos", in _____ (org.), *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*, Rio de Janeiro, E-papers.



Recebido em 1 de agosto de 2017

Aprovado em 17 de janeiro de 2018